



**CENTRO DE MEMÓRIA DO ESPORTE
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

**PROJETO GARIMPANDO MEMÓRIAS
PROJETO SEGUNDO TEMPO**

**DANIEL MARANGON DUFFLES TEIXEIRA
E VÂNIA DE FÁTIMA NORONHA ALVES**

(depoimento)

2010

CEME-ESEF-UFRGS

FICHA TÉCNICA

Projeto: Garimpando Memórias - Segundo Tempo

Número da entrevista: E-204

Entrevistados: Daniel Marangon Duffles Teixeira e Vânia de Fátima Noronha Alves

Nascimento: 18/08/1974 e 15/12/1961

Local da entrevista: Quality Suítes Congonhas – São Paulo/SP

Entrevistador: Marco Antonio Ávila de Carvalho

Data da entrevista: 09/12/2010

Transcrição: Marco Antonio Ávila de Carvalho

Copidesque: Marco Antonio Ávila de Carvalho

Pesquisa: Marco Antonio Ávila de Carvalho

Fitas: Gravador digital

Total de gravação: 15 minutos e 36 segundos

Páginas Digitadas: 6

Observações:

O Centro de Memória do Esporte está autorizado a utilizar, divulgar e publicar, para fins culturais, este depoimento de cunho documental e histórico. É permitida a citação no todo ou em parte desde que textual e que a fonte seja mencionada conforme especificação abaixo.

TEIXEIRA, Daniel Marangon Duffles; ALVES, Vânia de Fátima Noronha. *Daniel Teixeira e Vânia Alves (depoimento, 2010)*. Porto Alegre: CENTRO DE MEMÓRIA DO ESPORTE – ESEF/UFRGS, 2010.

Sumário

Envolvimento com o Programa Segundo Tempo; políticas públicas de esporte e lazer; avaliação e monitoramento do Programa Segundo Tempo e do Programa Esporte e Lazer na Cidade; indicadores de avaliação; políticas públicas e inclusão social.

São Paulo, 09 de dezembro de 2010. Entrevista com Daniel Teixeira e Vânia Noronha, a cargo do entrevistador Marco de Carvalho para o projeto Memória do Segundo Tempo.

M.C. – Começo perguntando para vocês, quando e como iniciou o envolvimento com o Programa Segundo Tempo?

D.T. – Nós participamos de uma chamada pública para a realização de uma pesquisa, no portal do Ministério do Esporte, para o Programa Segundo Tempo, por meio de um edital em 2007. Então, nós, enquanto PUC/Minas¹, fomos selecionados e começamos a realizar esse trabalho a partir de 2008.

V.A. – A chamada pública foi para desenvolver uma pesquisa que teve como objetivo construir e criar um sistema de monitoramento e avaliação dos dois programas do Ministério: na Secretaria Nacional de Esporte e Lazer, o PELC (Programa de Esporte e Lazer na Cidade), e na Secretaria de Esporte Educacional, o Programa Segundo Tempo. Consideramos que esse foi um movimento muito interessante do próprio Ministério, porque, avaliar seus programas e definir melhor orçamento, para onde vai o recurso, como está sendo aplicado, quem está sendo atendido, quantos mais poderiam ser contemplados. Tudo isso foi um movimento interessante.

D.T. – Então, como a Vânia ia dizendo, a ideia inicial era propor um sistema de monitoramento e avaliação para os dois programas do Ministério: o PELC e o Programa Segundo Tempo. Num segundo momento, fazer a aplicação nacional, nesses dois programas, de uma das etapas desse sistema, que é o “survey”² com os beneficiados. Então, esse foi, em síntese, o trabalho que participamos.

V.A. – Na verdade, não temos um trabalho direto com o Programa. Estamos fazendo essa discussão da avaliação. Começamos em 2008 e, para atender esse objetivo, nós trabalhamos com uma metodologia participativa. Em vários momentos contamos com a participação dos gestores do Ministério, de pesquisadores, de professores das equipes colaboradoras, discutindo conosco cada etapa da pesquisa em si, que começou em 2008 e

¹ Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

está encerrando agora, em dezembro de 2010. Nós efetivamente entregaremos os relatórios finais da pesquisa esse mês ainda.

D.T. – A metodologia teve como ponto de partida a realização de perguntas aos diferentes sujeitos envolvidos nos programas a cerca do que se queria avaliar. Transformamos essas perguntas em componentes, esses em indicadores e, a partir daí, o sistema de monitoramento foi desenhado.

V.A. – Nesse sistema de monitoramento nós construímos primeiro os instrumentos. Com base nas perguntas, nos componentes e nos indicadores nós fizemos um projeto piloto, no qual aplicamos todos esses instrumentos numa região próxima a Belo Horizonte. A partir daí nós testamos e validamos os instrumentos e fizemos então o “survey” nacional, onde nós contemplamos estados e cidades das cinco regiões brasileiras. E aí fechamos o “survey” do beneficiado. Na avaliação, como um todo, nós temos outros instrumentos que não foram aplicados para a pesquisa nacional, mas que compõe também esse sistema de monitoramento que estamos apresentando.

M.C. – Dentro da avaliação desses indicadores que vocês trazem, estão claros alguns pontos positivos e limites que o Programa teve durante esse tempo que vocês tiveram envolvidos?

V.A. – Com certeza. Esse foi o principal resultado que conseguimos com base nesses dados.

D.T. – Tem algumas questões em que a discussão é muito forte e necessária. Por exemplo, a discussão do esporte como direito. Então, já que ele é direito, ele deve ser focalizado ou universal? O esporte educacional tem relação com a escola? Não tem? Deve ter? Se sim, como deve ser? Sendo em contra turno escolar do beneficiado, da criança, do adolescente, o programa Segundo Tempo pode ser considerado um momento em que ele estaria vivenciando o seu lazer? O esporte está aí nesse momento? O esporte é lazer? Não é? Deve

² Um método de levantamento estatístico para coleta de informações quantitativas sobre determinados itens em uma população.

ser ensinado a partir disso ou não deve? Qual a concepção de esporte do programa? Quais metodologias de ensino do esporte dão conta da sua perspectiva educacional?

M.C. – Um dos pontos centrais do Programa Segundo Tempo é a questão da inclusão social. Vocês acham que atinge os objetivos dentro dessa proposta de inclusão social?

V.A. – Nós consideramos que sim, que o propósito é muito nesse sentido mesmo. Mas, quando pensamos que o público que está sendo atendido, infelizmente por contingências da própria sociedade, é de baixa renda, nós ficamos perguntando: “Inclusão de que? De quem? Como?”. E aí é um debate que também precisa ser um pouco mais ampliado.

D.T. – Por que até que ponto incluir pelo esporte deve considerar apenas a dimensão econômica e social? Quer dizer, nós temos pessoas de diversos segmentos da sociedade que não acessam ao esporte tanto quanto os mais pobres. Então, a focalização nas camadas mais baixas, como esse modelo propõe, inicialmente, representa sim, uma forma de acesso a quem não teria, portanto, há inclusão. Mas, desconsidera que outros tantos fatores também impedem o acesso ao esporte. Para os próximos momentos do Programa, propõe-se repensar esses critérios de acesso e caminhar rumo à universalização, porque o esporte e o lazer são direitos de todos, não só dos mais pobres.

V.A. – Quando falamos em inclusão sempre lembramos dos portadores de deficiência. Esse é um dado que foi uma surpresa para nós. A pesquisa mostrou existir alguma identificação dos beneficiados de pessoas portadoras de deficiência tanto física quanto mental no Programa.

D.T. – Sim, 2% se declararam como pessoas com deficiência. E mais de 20% reconhece que no seu núcleo há pessoas com deficiência. Quer dizer então, que não é um sujeito oculto no Programa. Ele está presente e é reconhecido.

V.A. – Achamos a percentagem ainda pequena, mas bastante significativa. Eles já estão vindo. Então, ficamos bastante satisfeitos com isso.

M.C. – E os profissionais estão preparados para isso?

V.A. – Aí já não damos conta de responder [risos].

D.T. – Não damos conta de responder, mas nós temos alguma possibilidade de lançar outra discussão relativa a isso. Ou seja, o Programa tem uma forma de ser operacionalizado por meio de uma participação muito efetiva dos monitores, que são estagiários de Educação Física. E há, na nossa percepção, uma distância entre aquilo que está sendo proposto pelo Programa e o que as Escolas de Educação Física, onde essas pessoas estudam, dão conta de acompanhar e de discutir com eles. Há, portanto, uma necessidade de aproximação com as Instituições de Ensino Superior, institucionalizar essa relação para que ele não se sinta sozinho, tenha outra referência. Esse é um desafio que diz respeito não só ao trabalho com as pessoas deficientes, mas com todos os beneficiados.

M.C. – A questão da capacitação dos gestores, dos coordenadores gerais, para depois os coordenadores de núcleo e depois chegar lá na ponta para os monitores, como vocês veem esse processo? Há algumas limitações, barreiras? Vocês acham que aquela informação chega realmente lá na ponta onde deveria chegar?

V.A. – Passa um pouco pelo o que o Daniel acabou de falar. É todo um processo que envolve muitas pessoas. A capacitação é crucial e aí todos têm que ter clareza de quais são os princípios do Programa, os objetivos, os conceitos que estão orientando a prática, a metodologia. Até para poder definir quais serão as modalidades que vão ser oferecidas. Chegando, mais efetivamente, na aula, no atendimento direto com o beneficiado. Então, é um processo que precisa ser o tempo todo discutido e aprimorado com todos envolvidos.

D.T. – Tem um dificultador muito grande que podemos destacar que é a descontinuidade...

V.A. – A rotatividade...

D.T. – O formato de convênio é um dificultador, pois promove a descontinuidade das ações. Outro dificultador se relaciona com a rotatividade do monitor. O estudante de Educação Física fica um tempo no programa, recebe a capacitação e, em seguida, vai para

outro estágio. A capacitação foi com ele, não foi aproveitada pelo Programa. Então, esse é um aspecto também importante nisso aí. Um dificultador importante.

M.C. – E as perspectivas com o final da pesquisa, em virtude dos resultados da avaliação?

D.T. – Primeiro, acho que podemos destacar, não é Vânia, que, apesar das questões que foram levantadas e das dificuldades identificadas, o Programa representa muito no sentido de ser um passo inicial bastante significativo rumo à garantia do direito ao esporte, que é um direito social, constitucional. Então, nesse sentido, ele é muito importante e, nessa pesquisa nacional, a percepção do beneficiado e das suas famílias foi *muito* positiva.

V.A. – Muito significativa. O Programa foi muito bem avaliado e isso nos deixa confortáveis para dizer isso. Nós ficamos com muita expectativa porque, realmente, acreditamos e, depois do processo todo, ficamos cada vez mais convencidos disso, que um programa, uma política pública, deve ser sim, avaliada e monitorada constantemente, periodicamente. No processo da avaliação os instrumentos também poderão ser reavaliados, reconstruídos. Aí sim o Ministério poderá caminhar a passos largos para transformar uma política de governo em política de estado, que é o grande sonho. Consideramos que o primeiro passo foi dado nesse sentido. Se o Ministério aplicar o demais instrumentos propostos haverá uma consistência de avaliação dos programas que será bastante interessante, para dar sequência ao que vem sendo feito e para transformar o que for necessário. Acreditamos que a contribuição vai ser muito significativa para a sociedade como um todo.

D.T. – Percebemos como uma tendência até, com a universalização do ensino fundamental e agora nos próximos anos esse esforço para também universalizar o restante da educação básica com o ensino médio, que as crianças e adolescentes estarão na escola em tempo integral. Então, o Programa precisa se aproximar da escola, porque as crianças e os adolescentes estarão lá. Se pudermos apontar uma tendência é que esse diálogo com a escola é essencial para o Programa, a partir de agora.

M.C. – O nosso trabalho aqui, enquanto registro de memória, é um pouco parecido, nessa questão de tu ir na fonte mesmo e ver os anseios... O que vocês acham desse trabalho de preservar a memória? Consideram importante essa questão?

V.A. – Sem dúvida nenhuma. É tão curioso, porque o tempo passa tão rápido e as coisas se perdem. Então, o registro é fundamental, até para que possamos fazer novas pesquisas, dar novo tratamento ao conhecimento. Eu acho que isso é imprescindível.

D.T. – A construção do conhecimento é um processo histórico. Hoje estamos colocando isso aqui, pelo acesso que tivemos ao conhecimento que está disponível hoje. Amanhã ou depois, as coisas se modificam e vão sendo construídas em cima disso aí. Sem dúvida.

M.C. – Gostaria de agradecer a entrevista de vocês.

V.A. – Nós que agradecemos.

D.T. – Obrigado pela oportunidade de contribuir.

[FINAL DO DEPOIMENTO]